

VULTOS DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA BALTAZAR DA SILVA LISBOA (1761-1840)

Nascido na capital baiana a 6 de janeiro de 1761, estudou em Coimbra, para onde foi em 1775 e onde já se encontrava seu irmão José, o futuro Visconde de Cairu. Formou-se em Direito (1782), o que lhe valeu a nomeação para o cargo de juiz-de-fora no Rio de Janeiro. Não se demorou muito nesta função, pois caiu no desagrado do novo vice-rei, Conde de Resende, que parece se comprazia em perseguir todos os que haviam sido bem considerados no governo anterior, de D. Luís de Vasconcelos.

Acusado de "francesismo", como todos os que participavam da "Sociedade Literária", vítima de verdadeira devassa em torno do que Pedro Calmon denominou de "inconfidência carioca", foi Baltazar da Silva Lisboa transferido para Ilhéus, no sul da Bahia, como ouvidor e juiz conservador encarregado de fiscalizar o corte das madeiras de lei, ou seja das que a lei protegia contra a devastação. Aceitou a incumbência - diz Pedro Calmon - "como um desafio às suas aptidões científicas". Com a experiência adquirida neste ofício pôde escrever *Física dos Bosques*, no qual estuda a riqueza do Brasil em madeiras de construção.

Incumbido pelas classes comerciantes da Bahia de sugerir ao Príncipe-Regente D. João quando de sua vinda ao Brasil, a permanência definitiva na cidade do Salvador, não teve, contudo, êxito nesta incumbência, pois o Príncipe já trazia de Lisboa o propósito de estabelecer-se no Rio de Janeiro.

Enquanto seu irmão acabou senador e nobilificado com o título de Visconde, Baltazar preferiu o campo, afazendando-se no rio de Contas, em sua província natal. Cuidou de estradas, analisou o meteorito de Bendegó, pesquisou carvão no rio Cotegipe... Retornando ao Rio de Janeiro, foi nomeado para a cadeira de Direito Eclesiástico da recém-fundada Academia de Direito de São Paulo, cargo que

exerceu apenas por um ano, regressando à capital do Império. Elegeu-se juiz de paz em 1830 e pôs-se a rematar a obra que lhe deu renome, os **Anais do Rio de Janeiro**, "documentário precioso, painel amplo, embora desordenado, da história da nacionalidade no seu quadro municipal e na sua paisagem primitiva. Perdeu-se de vista o homem. Resta o livro". (Pedro Calmon).

Aliás, vinha de muito a idéia do livro, que, supõe-se, foi iniciado ainda nos fins do século XVIII, mas efetivamente levado a efeito depois da Independência, concluindo-o depois de 1830, pois só entre 1834/1835 veio a público, em sete volumes, impressos na Tipografia Imperial e Constitucional de Seignot-Plancher e Cia., Rio de Janeiro. O título **Anais do Rio de Janeiro**, vinha explicitado, como de hábito na época, para informar o leitor que a obra continha "a descoberta e conquista deste país, a fundação da cidade com a história civil e eclesiástica, até a chegada d'el-rei Dom João VI; além de notícias topográficas, zoológicas e botânicas". Como se vê, embora publicado só em 1834/1835, a obra não cuida do Brasil independente.

Sílvio Romero criticou-a severamente, reconhecendo, contudo, algumas de suas qualidades, chegando mesmo a considerá-la superior a Monsenhor Pizarro e ao Padre Perereca: "O historiador conhece nossas riquezas naturais, fala nelas, na uberdade do solo, na suavidade do clima, refere-se variadamente à nossa fauna e à nossa flora; em seu livro aparecem as raças americanas, os negros, os colonos europeus; tudo, porém, por sestro descritivo e sem um nexó causal. Dali não se tiram nenhuma consequência; aparece tudo como elementos esparsos de uma construção não realizada. As idéias do autor são mesmo antiquadas para seu tempo em certas questões. O livro é de 1834; mas conhece-se que foi quase todo elaborado trinta anos antes".¹

Pedro Calmon, prefaciador da reedição de 1967, aponta alguns pontos significativos do livro: "Liberal, o autor defende os judeus contra a discriminação e a intolerância, defende os jesuítas contra a perseguição e o regalismo, cataloga as vantagens do aldeamento indígena, cita os capuchinhos, seus contemporâneos, estende-se em conselhos sobre a melhor administração... a cada

(1) Romero, Sílvio - *História da Literatura Brasileira*, 269. Terceira edição. Rio de Janeiro, José Olympio, 1943. Col. "Documentos Brasileiros", v. 24.

passo irrompe o naturalista: entende de árvores, de cultura do tabaco, da destilação nos engenhos, de fabricação de açúcar... preconiza a moderna máquina; pede a educação para ambos os sexos..."

Américo Jacobina Lacombe, num paralelo Baltazar/Pizarro, escreve: "Dos seus **Anais**, pode-se dizer quase que o mesmo que das **Memórias** de Pizarro: nada perderiam em ter mais concisão e perderem-se menos em divagações a respeito de assuntos em que os autores não poderiam deixar de repetir o que haviam dito os antecessores. Mas as duas obras freqüentemente se completam, conhecedor profundo que era Lisboa dos arquivos judiciários e municipais, enquanto Pizarro navegava airosamente nos extensos arquivos eclesiásticos. São ambos massudos. Mas em ambos se encontram, não raro, saborosas e mesmo humorísticas expressões. O Monsenhor é um entusiasta da terra e não esconde o seu orgulho. O Conselheiro é um entusiasta dos habitantes que o apoiaram na luta insana com os vice-reis... São esses os dois grandes patriarcas da história carioca: Pizarro e Lisboa. Toda pesquisa começará por eles e deles se retirarão quase sempre, os dados essenciais para qualquer estudo".²

Baltazar da Silva Lisboa faleceu no Rio de Janeiro a 14 de agosto de 1840. Seu livro ficou mais de 130 anos sem merecer reedição. Ou, melhor, em 1941, a Prefeitura do então Distrito Federal planejou uma reedição, que não passou do primeiro volume. Porém, em 1967, a Editora Leitura, do Rio de Janeiro, dispôs-se a uma reedição fac-similar da obra. Talvez por ter sido feita tiragem pequena ou, ainda, pelo desaparecimento da editora, a verdade é que esta nova logo tornou-se bastante rara. Foi saudada com merecidos encômios pelos órgãos oficiais do antigo Estado da Guanabara e por várias de suas instituições culturais, da cidade do Rio de Janeiro. Esta reedição de 1967 foi acrescida de um oitavo volume contendo: nota do editor; estudo introdutório de Pedro Calmon; cartografia histórica do Rio de Janeiro, com preciosa documentação selecionada por Eduardo Canabrava Barreiros, em disposição cronológica destinada a mostrar a evolução da cidade, num total de 26 estampas; iconografia do Rio de Janeiro, com 29 estampas selecionadas por Lygia da Fonseca Fernandes Cunha, reproduzidas de autores brasileiros e

(2) Lacombe, A. J., **Estudos cariocas**, em Rev. do Inst. Hist. Geogr. Brasileiro, n° 370, p. 320. Rio de Janeiro, 1991.

estrangeiros; e, finalmente, índices de nomes e assuntos dos sete volumes da obra.

Sacramento Blake enumera diversos outros escritos de Baltazar da Silva Lisboa, porém nem todos publicados, permanecendo muitos deles no arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Publicados foram os seguintes, excluídos, naturalmente, os **Anais:**

Discurso histórico, político e econômico dos progressos e do estado atual da filosofia natural portuguesa, acompanhado de algumas reflexões sobre o Estado do Brasil. Lisboa, 1786

Riqueza do Brasil em madeiras de construção e carpintaria. Rio de Janeiro, 1823.

Memória topográfica e econômica da Comarca de Ilhéus. Publ. na "Memória da Academia Real das Ciências, Lisboa, tomo 9º 125

Oração recitada na aula do Curso Jurídico no convento de S. Francisco da Imperial Cidade de São Paulo, por ocasião do aniversário de nascimento de Sua Majestade Imperial o Senhor Dom Pedro I. Rio de Janeiro, 1828.

Fala na Abertura de aula em 3 de março de 1829. Rio de Janeiro, 1829.